



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FLORESTA
ASSESSORIA JURÍDICA

Origem: EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º DV00004/2024
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Assunto: Contratação dos Serviços de Pessoas Jurídicas para Ministrar as Oficinas para a Prática de Pintura em Tecido para as Mães das Crianças Especiais atendida pelo CRAS, Reutilização de Materiais Recicláveis, Manicure e Pedicure, Bisquit, para o Público Beneficiário do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Mães dos Usuários do CRAS. Solicitação feita através da Secretaria Municipal de Ação Social. Conforme Termo de Referência.

Interessados: Prefeitura Municipal de Nova Floresta e: JOSIVANIA DA SILVA SANTOS 05604929441, MARICLEIDE LEAL DOS SANTOS 04716455408, ROSEANE BARBOSA ALVES.

Anexo: Exposição de motivos correspondente e seus elementos, inclusive a minuta do respectivo contrato.

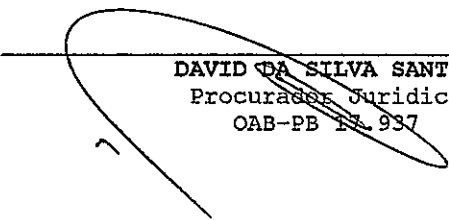
P A R E C E R

Analisada a matéria, nos termos da ; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e observado o teor dos documentos e informações apresentados, esta Assessoria Jurídica é de parecer favorável ao reconhecimento da situação de Dispensa de Licitação, como se contém no despacho de acolhimento exarado pelo Senhor Prefeito, o qual está de acordo com o Art. 75, inciso II, do referido diploma legal.

Quanto à formalização do processo, restou demonstrado o atendimento dos requisitos exigidos no Art. 72, da Lei 14.133/21, estando devidamente instruído dos seguintes elementos: documento de formalização de demanda; termo de referência; estimativa da despesa definida por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21; demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; razão da escolha do contratado; justificativa de preço; e autorização da autoridade competente.

Esta Assessoria Jurídica esclarece, ainda, que deverá ser juntada aos autos a documentação da comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária e, conforme o disposto no parágrafo único do Art. 72, da Lei 14.133/21, deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato celebrado; observadas as disposições do referido diploma legal.

Nova Floresta - PB, 06 de Março de 2024.



DAVID DA SILVA SANTOS
Procurador Jurídico
OAB-PB 11.937